gestão de ativos
sgoic

CA MONETÁRIO

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DO MERCADO MONETÁRIO

RELATÓRIO E CONTAS

2022

Índice

Relatório de Gestão 2
Nota Introdutória 3
Síntese da Evolução dos Mercados 4
Principais Eventos 6
Desempenho dos Fundos Monetários e de Curto Prazo 8
Informação relativa à Gestão do Fundo 9
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade 10
Erros de Valorização 11
Eventos Subsequentes 11
Notas Informativas 12
Anexos 15

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 6 de outubro de 2008 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA MONETÁRIO.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do Fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.

A 19 de junho de 2019 o Fundo assumiu a tipologia de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa desde segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rendibilidades foi considerável, percetível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos Monetários e de Curto Prazo

A subida das taxas de juro de curto prazo, nomeadamente a Euribor, teve impacto na rendibilidade dos fundos de investimento, uma vez que não conseguiram incorporar no imediato a subida de rendimento proveniente dos ativos, tais como papel comercial e obrigações com maturidades reduzidas. Nesta categoria, os fundos beneficiam da subida dos juros à medida que os ativos vão sendo renovados a novas taxas de juro, no entanto, o hiato de tempo que medeia entre a subida promovida pelos bancos centrais e o aumento de rendibilidade dos ativos é promotora de alguma detração nas subscrições.

Assim, a redução dos montantes sob gestão na categoria dos fundos de curto prazo, onde se incluem os fundos do mercado monetário, foi superior à das restantes categorias de fundos de investimento em Portugal, pelo seu peso em termos de ativos sob gestão. A perda nesta classe foi de 18% enquanto as restantes categorias tiveram uma quebra acumulada de 14%. Para este facto contribuiu a diminuição de rendimento dos fundos deste segmento, que somente na segunda metade do ano beneficiaram do incremento das taxas de curto prazo.

Na IMGA, os ativos sob gestão da categoria de Fundos Monetários e de Curto Prazo totalizaram €1.058M em 2022, uma diminuição de aproximadamente €209M relativamente a dezembro de 2021.

A rendibilidade negativa nesta categoria foi o principal fator para o aumento de resgates, uma vez que os participantes nesta classe procuram uma rendibilidade associada à liquidez, a qual no último ano ficou aquém das expetativas. Esta tendência foi sensível na generalidade das sociedades gestoras.

No final de 2022 esta categoria representava aproximadamente 29,3% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	-0,07%	0,15%	1	-0,06%	0,09%	1	-0,03%	0,07%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	-0,17%	0,17%	1	-0,08%	0,10%	1	-0,08%	0,08%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	-0,17%	0,17%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	0,82%	0,32%	1	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	-2,05%	0,54%	2	-0,97%	0,87%	2	-0,67%	0,72%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	-3,28%	1,35%	2	-1,13%	0,91%	2	-0,73%	0,71%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O IMGA MONEY MARKET CAT I e o IMGA LIQUIDEZ CAT R não têm rendibilidade a 1 ano.
Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022.

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas, pelo que os bancos centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Monetário assentou, numa primeira fase, no aumento da exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa que começaram a apresentar taxas de reinvestimentos positivas, em contrapartida da redução dos depósitos bancários.

Os fundos fizeram uma rotação no primeiro semestre nos investimentos em instrumentos de mercado monetário com o aumento da sua exposição a obrigações de maturidades inferiores a 1 ano devido à atratividade desta classe de ativos em termos de risco/retorno e da necessidade de diversificação dos níveis de risco de crédito dos emitentes. Este movimento foi motivado pela falta de atratividade dos depósitos bancários e papel comercial que apresentavam taxa de juro baixas ou mesmo nulas. Numa fase posterior, associado ao segundo semestre do ano, em que as instituições financeiras começaram a refletir nos depósitos bancários as taxas de juro de referência mais elevadas dos bancos centrais, o Fundo aumentou a sua exposição aos depósitos bancários e ao papel comercial por estes instrumentos apresentarem um perfil de retorno mais elevado face ao risco/volatilidade incorporado.

Assim, em conclusão, o desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelas taxas de juro que se praticaram no mercado monetário, pela rotação no primeiro semestre do reinvestimento para a classe de obrigações de curto prazo que começaram a apresentar taxas de juro positivas e pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito. Posteriormente, no segundo semestre, com o aumento das taxas de juro dos depósitos bancários e da rendibilidade apresentada pelo papel comercial procedeu-se à reversão do movimento inicial devido à atratividade destes instrumentos em termos do perfil de risco/retorno. O Fundo manteve as características defensivas, num enquadramento desafiante para a sua classe.

No final de dezembro de 2022, o CA Monetário apresentava uma rendibilidade a 1 ano de -0,1%, tendo atingido um valor líquido global de €63,5M, inferior em 32,6% face aos €94,1M de dezembro de 2021.

Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas negativas de €30,6M, com subscrições de €4,9M e resgates de €35,5M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2022**
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2022**
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Mercado Monetário - CA Monetário

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário**
Data de Constituição: 06 de outubro de 2008
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CR
Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: **63 463 M Euros**

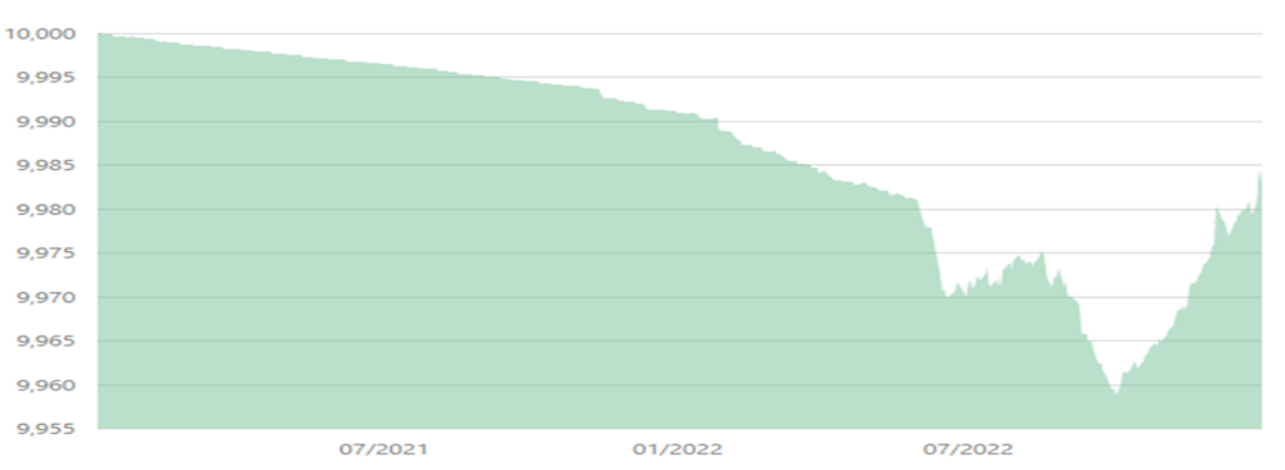
EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rendibilidade	1,6%	1,1%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,1%	-0,1%
Risco (nível)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O FUNDO é do tipo de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável e tem uma política de investimento que visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.
O Fundo investirá em Instrumentos do Mercado Monetário e Depósitos Bancários, todos denominados em euros, bem como em Unidades de participação denominadas em Euros de OICVM do mercado monetário, que invistam exclusivamente em ativos denominados em Euros ou que procedam sistematicamente á cobertura do risco cambial.
Poderão ser utilizados Instrumentos Financeiros Derivados desde que tenham como única finalidade a cobertura de risco de taxa de juro e o risco cambial, e que tenham como instrumento subjacente taxas de juro, taxas de câmbio, divisas ou índices que representem essas categorias

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	23 089 780,9532	24 859 666,7468	23 828 699,4981	16 760 813,5036	11 306 964,8117
Valor Unitário UP (Euros)	5,6225	5,6237	5,6221	5,6170	5,6128

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	2022		2021		2020		2019	
	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	23 684	0,0	53 552	0,0	81 950	0,0	98 126	0,0
Mercados União Europeia	32 214	0,0	14 000	0,0	22 315	0,0	0	0,0
Outros Mercados	6 680	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**62 577**	**0,0**	**67 552**	**0,0**	**104 265**	**0,0**	**98 126**	**0,0**

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2022
Valores mobiliários	37 426 940
Saldos bancários	25 698 730
Outros ativos	438 159
Total dos ativos	63 563 829
Passivos	100 729
Valor Líquido de Inventario	63 463 100

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	1 001 781	-	4 281	997 500	7 490	1 004 990	3%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	20 334 765	-	127 003	20 207 762	117 097	20 324 859	54%
O.M.Regulamentados Estados Ues	502 625	-	1 765	500 860	1 605	502 465	1%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	4 024 560	-	34 580	3 989 980	36 020	4 026 000	11%
2. OUTROS VALORES	11 750 426	-	19 588	11 730 838	(17 163)	11 713 675	31%
TOTAL	**37 614 157**	**-**	**187 217**	**37 426 940**	**145 049**	**37 571 988**	**100%**

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	260 077
As mais-valias de investimentos	6 666
Custos	
Custos de gestão	(37 228)
Custos de depósito	(18 607)
Outros encargos, taxas e impostos	(24 094)
As menos-valias de investimentos	(223 469)
Custos de negociação	(39 169)
Lucro líquido	(75 825)
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	4 870 363
Resgates	(35 476 809)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	CA MONETÁRIO	
	Valor Líquido Global do Fundo	**Valor Unitário da UP**
31.12.2020	133 966 845,68	5,6221
31.12.2021	94 145 369,93	5,6170
31.12.2022	63 463 099,63	5,6128

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2022

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

CA MONETÁRIO

Índice

BALANÇO 2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

ATIVO

Código	Designação	31-12-2022 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31-12-2021 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	21 282 864		(165 087)	21 117 777	200 174
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	16 331 293		(22 130)	16 309 163	9 051 690
	Total da Carteira de Títulos	37 614 157		(187 217)	37 426 940	9 251 864
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	199 417			199 417	
	Total dos Valores a Receber	199 417			199 417	
	Disponibilidades					
	aixa					
12	Depósitos à Ordem	548 730			548 730	26 704 803
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	25 150 000			25 150 000	58 300 000
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	25 698 730			25 698 730	85 004 803
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	238 638			238 638	22 159
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	104			104	104
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	238 742			238 742	22 263
	TOTAL DO ATIVO	63 751 046		(187 217)	63 563 829	94 278 930
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				11 306 965	16 760 814

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 31-12-2022	31-12-2021
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	56 534 825	83 804 068
62	Variações Patrimoniais	3 503 451	6 840 653
64	Resultados Transitados	3 500 649	3 597 436
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	(75 825)	(96 787)
	Total do Capital do OIC	63 463 100	94 145 370
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	63 156	121 058
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	6 640	7 332
424+...+429	Outras contas de Credores	1 644	2 402
43+12	Empréstimos Obtidos	0	0
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	71 439	130 792
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	2 768	2 768
56	Receitas com Proveito Diferido	26 522	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	29 290	2 768
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	63 563 829	94 278 930
	Valor Unitário da Unidade Participação	5.6128	5.6170

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2022	Períodos 31-12-2021
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2022	Períodos 31-12-2021
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

CUSTOS E PERDAS

Código	Designação	Períodos 31-12-2022	Períodos 31-12-2021
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	71	0
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	39 169	10 021
724+...+728	Outras Operações Correntes	63 234	104 382
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	223 403	36 358
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	67	
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	11 067	14 984
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	5 555	5 535
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	342 566	171 280
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**		
	TOTAL	342 566	171 280
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos (*)	(78 291)	(2 469)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais (*)	(67)	
B-A	Resultados Correntes (*)	(75 825)	(96 787)

PROVEITOS E GANHOS

Código	Designação	Períodos 31-12-2022	Períodos 31-12-2021
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	177 615	42 009
811+814+827+818	De Operações Correntes	82 460	30 582
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 666	1 900
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	3
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	266 742	74 493
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**	75 825	96 787
	TOTAL	342 566	171 280
F - E	Resultados Eventuais		
B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(64 757)	(81 803)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(75 825)	(96 787)

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA** Data: 31.12.2022

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		4 870 363		15 344 739
Subscrição de unidades de participação	4 870 363		15 344 739	
...				
PAGAMENTOS:		35 534 711		55 318 875
Resgates de unidades de participação	35 534 711		55 318 875	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(30 664 348)		(39 974 136)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		113 117 480		41 310 693
Venda de títulos e outros ativos	3 708 829		3 522 434	
Reembolso de títulos e outros ativos	109 300 000		37 550 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	108 651		238 259	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		141 708 284		44 001 716
Compra de títulos e outros ativos	141 667 607		43 978 465	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	2 708		10 021	
Outras taxas e comissões	37 970		13 230	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(28 590 805)		(2 691 023)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		12 112		7 227
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	12 112		7 227	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(12 112)		(7 227)

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA** Data: 31.12.2022

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		36 212		38 462
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	36 212		38 459	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	0		3	
PAGAMENTOS:		75 020		155 129
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	71		0	
Comissão de gestão	38 328		103 638	
Comissão de depósito	20 019		29 257	
Taxa de supervisão	6 915		9 747	
Impostos e taxas	9 666		12 487	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	20		0	
Fluxo das operações de gestão corrente		(38 809)		(116 668)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**(59 306 073)**		**(42 789 054)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**85 004 803**		**127 793 857**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**25 698 730**		**85 004 803**

Notas às Demonstrações Financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Monetário – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 26 de setembro de 2008, tendo iniciado a sua atividade em 6 de outubro de 2008.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de 5 euros (cinco euros), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo por base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2021	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
Valor base	83 804 068	4 342 218	(31 611 461)				56 534 825
Diferença p/Valor Base	6 840 653	528 146	(3 865 348)				3 503 451
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	3 597 436				(96 787)		3 500 649
Resultados do período	(96 787)				96 787	(75 825)	(75 825)
SOMA	94 145 370	4 870 363	(35 476 809)	-	-	(75 825)	63 463 100
Nº de Unidades participação	16 760 814	868 444	(6 322 292)				11 306 965
Valor Unidade participação	5.6170	5.6082	5.6114				5.6128

Em 31 de dezembro de 2022 existiam 11 251 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	5.6128	63 463 100	11 306 965
	30-09-22	5.5989	67 435 843	12 044 508
	30-06-22	5.6056	72 651 729	12 960 690
	31-03-22	5.6132	76 334 474	13 599 237
Ano 2021	31-12-21	5.6170	94 145 370	16 760 814
	30-09-21	5.6190	96 580 086	17 188 216
	30-06-21	5.6201	109 342 035	19 455 541
	31-03-21	5.6211	124 284 068	22 110 543
Ano 2020	31-12-20	5.6221	133 966 846	23 828 699
	30-09-20	5.6226	123 341 675	21 937 049
	30-06-20	5.6230	120 075 342	21 354 384
	31-03-20	5.6236	121 852 350	21 668 145

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	1
0.5% ≤ UPs < 2%	3
UPs < 0.5%	4.075
TOTAL	4.079

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	7 273 144	-	1 398 780	-	8 671 924	-
Obrigações Diversas	37 381 277	9 461 188	7 510 447	-	44 891 724	9 461 188
Papel Comercial	-	88 144 950	-	2 800 140	-	90 945 090
Total	44 654 420	97 606 138	8 909 227	2 800 140	53 563 648	100 406 278

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	4 870 363	-
Resgates	35 476 809	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
NOS SGPS 1.125 02/05/23	1 001 781	-	(4 281)	997 500	7 490	1 004 990
	1 001 781	-	(4 281)	997 500	7 490	1 004 990
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
BOTS 0% 12/05/23	997 362	-	(5 392)	991 970	-	991 970
FRENCH DISCOUNT T-BILL 0% 17/05/23	994 929	-	(2 829)	992 100	-	992 100
Spain Letras del Tesoro 0% 09/06/23	992 806	-	(3 056)	989 750	-	989 750
Spain Letras Del Tesoro 0% 10/03/23	1 595 770	-	(570)	1 595 200	-	1 595 200
	4 580 867	-	(11 847)	4 569 020	-	4 569 020
-Obrigações diversas						
Altria Group Inc 1% 15/02/23	1 206 190	-	(8 986)	1 197 204	10 488	1 207 692
Bat Holdings BV 2.375% 19/01/23	510 150	-	(10 435)	499 715	11 257	510 972
BMW Finance NV 0% 24/03/23	1 492 365	-	(315)	1 492 050	-	1 492 050
BNP Paribas Float 22/05/23	1 204 248	-	(2 364)	1 201 884	3 173	1 205 057
BPCE SA Float 23/03/23	500 618	-	(293)	500 325	289	500 614
BRISA Concessão Rodoviária SA 2.% 22/03/23	1 006 100	-	(10 900)	995 200	15 562	1 010 762
Caixabank 1.125% 12/01/23	1 998 200	-	(360)	1 997 840	21 760	2 019 600
DANBNK 0 7/8 05/22/23	1 000 911	-	(9 481)	991 430	5 346	996 776
Intesa Sanpaolo SPA 1.75% 12/04/23	1 009 100	-	(11 590)	997 510	12 610	1 010 120
Mizuho Financial Group Float 10/04/23	1 001 000	-	(640)	1 000 360	4 023	1 004 383
Natwest Markets PLC 1.125% 14/06/23	1 005 500	-	(12 590)	992 910	6 164	999 074
REN Finance BV 1.75% 01/06/23	1 010 800	-	(18 480)	992 320	10 212	1 002 532
Santander Consumer Finance 0.875% 30/05/23	1 002 930	-	(9 570)	993 360	5 154	998 514
Volkswagen Bank GMBH 0.75% 15/06/23	998 730	-	(9 680)	989 050	4 089	993 139
Volkswagen Leasing GMBH 1% 16/02/23	807 056	-	(9 472)	797 584	6 970	804 554
	15 753 898	-	(115 156)	15 638 742	117 097	15 755 839
O.M.Regulamentados Estados UEs						
-Obrigações diversas						
Volvo Treasury AB Float 15/11/23	502 625	-	(1 765)	500 860	1 605	502 465
	502 625	-	(1 765)	500 860	1 605	502 465
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Obrigações diversas						
Anglo American Capital 3.25% 03/04/23	1 020 700	-	(23 350)	997 350	24 219	1 021 569
Banco Bilbao Viscaya Float 09/03/23	1 001 140	-	(880)	1 000 260	1 575	1 001 835
General Mills Inc 1% 27/04/23	1 002 700	-	(8 750)	993 950	6 795	1 000 745
IBM Corp 0.375% 31/01/23	1 000 020	-	(1 600)	998 420	3 432	1 001 852
	4 024 560	-	(34 580)	3 989 980	36 020	4 026 000
2. OUTROS VALORES						
Outros instrumentos de dívida						
-Papel comercial						
EDA 301 EM PC 25/10/22 - 24/01/23	500 000	-	(350)	499 650	(498)	499 152
EDA 302 EM PC 25/11/22 - 24/01/23	1 000 000	-	(700)	999 300	(1 064)	998 236
Endesa ECP 2,25% 09/12/22 - 09/03/23	2 000 000	-	(9 200)	1 990 800	(8 452)	1 982 348
Galp Energia SGPS SA 9EM 19/09/22 - 20/03/23	1 500 363	-	-	1 500 363	9 047	1 509 410
Iberdrola International BV ECP 2.31% 20/12/22 - 20/04/23	2 000 000	-	(4 400)	1 995 600	(14 008)	1 981 592
Instituto de Credito Oficial ECP 1.54% 26/09/22 - 27/03/23	1 000 000	-	(2 300)	997 700	(3 650)	994 050
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	1 500 063	-	(813)	1 499 250	5 995	1 505 245
Repsol Europe Finance ECP 1.65% 21/10/22 - 20/01/23	1 500 000	-	(900)	1 499 100	(1 369)	1 497 731
Santander Consumer ECP 2.14% 04/05/22 - 28/04/23	500 000	-	(850)	499 150	(3 423)	495 727
SUGAL Alimentos SA 26ª EM PC 16/12/22 - 16/01/23	250 000	-	(75)	249 925	260	250 185
	11 750 426	-	(19 588)	11 730 838	(17 163)	11 713 675
TOTAL	**37 614 157**	**-**	**(187 217)**	**37 426 940**	**145 049**	**37 571 988**

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão

atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro".

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.
Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia até às 16 horas.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

    a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	6 666	6 666	(18 252)	162 192	-	143 940
Instrumentos de dívida	-	-	-	24 297	9 379	-	33 676
Depósitos	-	-	-	15 392	67 068		82 460
TOTAL	-	6 666	6 666	21 437	238 638	-	260 076

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	167 059	34 334	201 392	-		-
Instrumentos de dívida	570	21 440	22 010	-		-
Depósitos	-	-	-	71	-	71
Spots	-	67	67	-		-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	32 646	4 582	37 228
de Depósito	-	-	-	17 171	1 436	18 607
de Supervisão	-	-	-	5 416	475	5 891
de Carteira de títulos	-	-	-	39 169	-	39 169
Outras	-	-	-	1 508	-	1 508
TOTAL	167 629	55 840	223 469	95 982	6 493	102 475

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	11 067	14 984
	11 067	14 984
TOTAL	11 067	14 984

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	(A)+(B)
de 0 a 1 ano	21 643 960	-	-	-	-	21 643 960
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	38.717	0,05%
Comissão de Depósito	19.351	0,03%
Taxa de Supervisão	5.891	0,01%
Custos de Auditoria	5.535	0,01%
Outros Custos Correntes	46.696	0,06%
TOTAL	116.190	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0,16%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

CA MONETÁRIO

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **CA MONETÁRIO**
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **213800V6HJE8OG7SXR25**
Código do fundo (CMVM): **1131**

Características ambientais e/ou sociais

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● ☐ **Sim**	●○ [x] **Não**
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**	[x] **Promoveu características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	[x] em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	[x] com um objetivo social
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Médio**, com uma cobertura de dados de cerca de 74% do valor do fundo, sendo que 31% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 27% apresentavam risco médio e apenas 15%

apresentavam risco elevando, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. De salientar, no entanto, que das 44 entidades privadas em carteira, 32 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 70% da carteira de ativos. Existe ainda o investimento em 4 ativos governamentais, 3 dos quais considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e social, e correspondentes a cerca de 6% da carteira de ativos.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 42% desta notação, penalizado principalmente por questões relacionadas com ética empresarial no setor bancário e beneficiado pelos indicadores relativos aos direitos humanos e corrupção. A contribuir favoravelmente para a sustentabilidade social estão também as obrigações governamentais detidas, que correspondem a cerca 6% dos ativos do Fundo.

Não foram detetadas quaisquer situações de *non-compliance* com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.

Notação de Rating ESG: Risco Médio		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	30,9%	7,7%	11,1%	20,1%	4,0%	6,6%	9,5%	1,2%	1,8%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	27,8%	2,5%		20,6%	1,8%		7,1%	0,4%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	21,4%	0,9%		15,4%	0,8%		7,1%	0,2%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	11,2%	1,0%	41,8%	5,2%	0,5%	15,1%	0,0%	0,0%	10,3%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	88,0%	9,1%		44,1%	3,2%		30,5%	2,2%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	24,9%	2,3%		17,8%	1,4%		7,1%	0,4%	
	Ética Empresarial	88,0%	16,3%		44,1%	5,0%		30,5%	3,9%	
	Corrupção	9,6%	0,7%		3,6%	0,4%		0,0%	0,0%	
	Relação com a comunidade	21,4%	2,0%		15,4%	1,3%		7,1%	0,6%	
	Privacidade e Segurança de Dados	53,1%	10,6%		21,1%	3,2%		21,1%	3,2%	
	Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	
Corporate Governance	Corporate Governance	88,0%	26,4%	26,4%	44,1%	10,4%	10,4%	30,5%	7,2%	7,2%
Outros	Outros	45,2%	20,7%	20,7%	13,3%	2,3%	2,3%	13,2%	1,0%	1,0%
TOTAL		-	100,0%	100,0%	-	34,4%	34,4%	-	20,2%	20,2%
% Ativos do Fundo		*100%*			43%			31%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emitente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de "**Risco Médio**" resulta em 34% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 43% da carteira de ativos. Destes cerca de 31% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 20% da notação de "**Risco Médio**" atribuída. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

… e em relação a períodos anteriores?

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

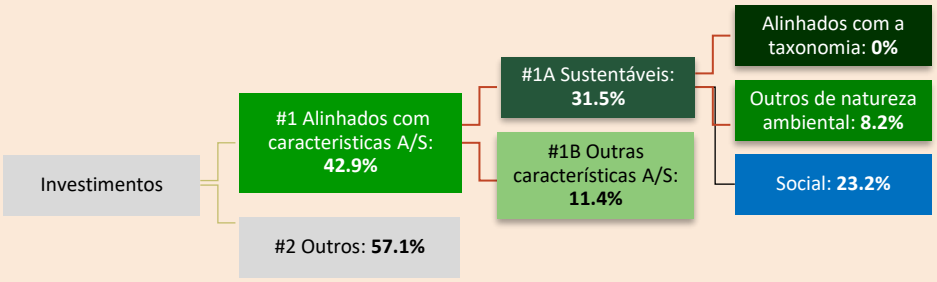
A lista inclui os investimentos que constituem **a maior parte dos investimentos** assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	4,76%	Luxemburgo
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	4,76%	Luxemburgo
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	3,96%	Luxemburgo
Caixabank 1.125% 12/01/23	Financial	3,19%	Espanha
DP/BIC/EUR	Liquidez	3,16%	Portugal
DP/NB/EUR	Liquidez	3,16%	Portugal
DP/NB/EUR	Liquidez	3,16%	Portugal
Endesa ECP 2,25% 09/12/22 - 09/03/23	Utilities	3,13%	Espanha
Iberdrola International BV ECP 2.31% 20/12/22 - 20/04/23	Utilities	3,13%	Espanha
Spain Letras Del Tesoro 0% 10/03/23	Government	2,52%	Espanha
Galp Energia SGPS SA 9EM 19/09/22 - 20/03/23	Energy	2,38%	Portugal
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	Communication Services	2,38%	Portugal
DP/BCP/EUR	Liquidez	2,37%	Portugal
DP/BIC/EUR	Liquidez	2,37%	Portugal
Repsol Europe Finance ECP 1.65% 21/10/22 - 20/01/23	Energy	2,36%	Luxemburgo

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:
- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Financial	Banks	14,58%
	Diversified Finan Serv	1,58%
Utilities	Electric	10,21%
Government	Sovereign	8,78%
Consumer, Non-cyclical	Agriculture	2,71%
	Commercial Services	1,60%
	Food	1,58%
	Beverages	0,39%
Consumer, Cyclical	Auto Manufacturers	5,99%
Energy	Oil&Gas	4,75%
Communication Services	Media	2,38%
Basic Materials	Mining	1,61%
Communications	Media	1,59%
Technology	Computers	1,58%
Liquidez	Depósito a Prazo	39,81%
	Depósito à Ordem	0,87%

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[1]?

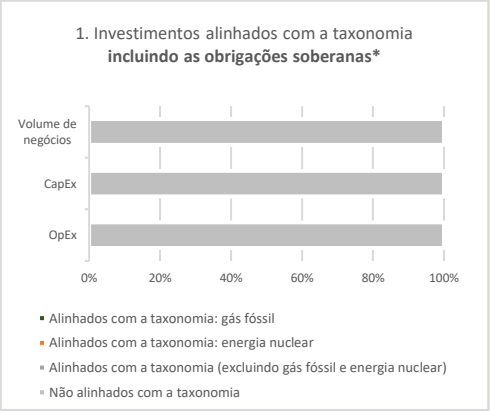
☐ Sim:

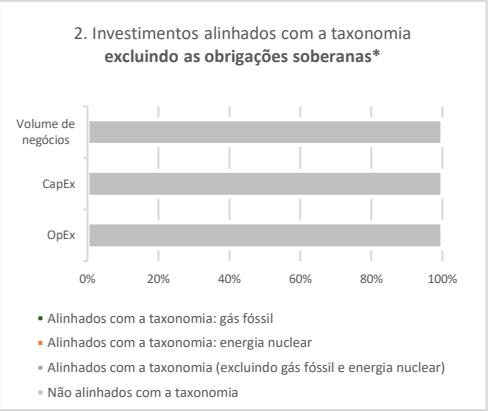
☐ Gás fóssil ☐ Energia nuclear

☒ Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:
- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), demostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.





**** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.***

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

[1] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 31.5% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 23.2% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade ou de governos não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

CA MONETÁRIO

mazars

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA Monetário (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 63 563 829 euros e um total de capital do OIC de 63 463 100 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 75 825 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA Monetário, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,

concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023

Pedro Miguel Pires de Jesus

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)